



ENCONTRO CONCELHIO DA CDU

30 de Junho de 2012 (Sábado)

14h30 - Grupo União Lebrense - Á-das-Lebres - Santo Antão do Tojal

Resolução

I

A situação económica e social do país

Desde a realização do último Encontro, em 8 de Outubro de 2011, a situação económica e social do país agravou-se consideravelmente. O Governo PSD/CDS-PP e o PS unidos na assinatura do Pacto de Agressão com a troika, encetaram um ataque brutal aos trabalhadores e outras camadas da população, em benefício da banca e dos grandes grupos económicos.

Aumento do desemprego, despedimentos mais fáceis e baratos, roubo do subsídio de férias e de natal aos trabalhadores do sector público, eliminação de 4 feriados e de 3 dias de férias, corte na retribuição nos dias de feriado e horas extraordinárias, um aumento insuportável do custo de vida, dos transportes públicos e das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde.

Ao mesmo tempo, grandes grupos económicos constituem-se como autênticos monopólios, apresentam lucros escandalosos e a banca aposta na especulação em vez de financiar a economia, recebendo milhões de euros só em benefícios fiscais (entre 2010/2012 aumento de 34,5%, de 1.241,6 milhões € para 1.715 milhões €).

Do chamado “resgate” nem um euro para a dinamização do aparelho produtivo nacional, para o apoio às pequenas e médias empresas, mas sim para financiar a banca e para o pagamento de juros agiotas, uma parte significativa desse mesmo “resgate” cinicamente apresentado como ajuda.

O aumento do desemprego no concelho, o encerramento de pequenas e médias empresas (com um impacto significativo no comércio local), a dificuldade de acesso ao Serviço Nacional de Saúde e a deterioração das suas condições materiais e humanas, a falta de meios das forças de segurança, são exemplos das consequências das políticas conduzidas.

Na imprescindível mobilização e ação de esclarecimento para a rutura com as políticas conduzidas, a luta contra o ataque geral ao Poder Local Democrático assume particular importância. A tentativa de liquidação de centenas de freguesias em todo o país e as previstas alterações à lei eleitoral, visando a constituição de executivos camarários de um só partido, provam que PS e PSD pretendem transformar o poder local em mais uma coutada sua. A não ser travada, esta tentativa será uma machadada na Democracia, contribuindo para o afastamento dos cidadãos dos seus eleitos e da política.

A população do concelho não pode confiar no PS como demonstra a duplicidade de posições desta força política na tentativa de impor a criação da freguesia do Parque das Nações (votada pelo PS na Assembleia da República, mas rejeitada pelo PS nos órgãos municipais) com a consequente retirada de território ao concelho, sem auscultar as Assembleias de Freguesia diretamente envolvidas e a Assembleia Municipal, processo ferido de inconstitucionalidade, como o Grupo Parlamentar do PCP defendeu na Assembleia da República.

Ao contrário da propaganda governamental que procura incutir a resignação e o medo, a CDU apela à luta dos trabalhadores e das populações para vencer o pacto de agressão e construir a alternativa patriótica e de esquerda que o país precisa.

II

A incapacidade do PS na Câmara Municipal de Loures

No concelho de Loures a somar às consequências das políticas conduzidas pelo Governo PSD/CDS-PP junta-se a incapacidade do executivo PS na Câmara Municipal em conduzir a atividade municipal de forma a defender os sectores mais vulneráveis da população, levando a cabo uma gestão orientada para o favor, desprezando elementares regras de boa administração, sobrecarregando os munícipes com aumentos avultados dos preços dos serviços prestados, ao mesmo tempo que se degrada a qualidade dos mesmos. A ausência de planeamento estratégico, de que a revisão do PDM, com mais de 10 anos de atraso é paradigmática. A crescente desvalorização do concelho no âmbito da área Metropolitana de Lisboa, sem projeto cultural, sem afirmação das suas potencialidades e da sua visibilidade.

O estrangulamento financeiro a que o Poder Local Democrático está a ser condenado pelo Governo PSD/CDS-PP (no seguimento da política do anterior governo PS) condiciona de forma objetiva a atuação da Câmara, revelando uma incapacidade do executivo em ter uma posição firme de defesa dos interesses da população junto da administração central, da sua mobilização e esclarecimento para a defesa dos seus interesses, numa atitude de subserviência inaceitável.

Por outro lado, as opções tomadas pelo executivo e a definição das suas prioridades de ação são da sua exclusiva responsabilidade. A única linha orientadora da atuação do executivo camarário é a tentativa de preservação do poder a todo o custo.

Como exemplos ilustrativos do que afirmamos, podemos referir entre outros os seguintes:

- Ausência de estratégias capazes de atrair e fixar investimentos no concelho e assim criar emprego.
- Ausência de políticas de promoção do território, das suas potencialidades e produções.
- O abandono de projetos estruturantes como o Parque da Várzea.
- O processo de recuperação dos bairros de génese ilegal que vive em profunda anemia.
- O futuro dos SMAS continua uma incógnita que cresceu depois da anunciada rutura do concelho de Odivelas com os serviços por eles prestados.
- A degradação dos meios de intervenção próprios do Município, viaturas de recolha de resíduos sólidos, viaturas e máquinas de obras, oficinas de manutenção, adjudicando ao exterior alugueres e serviços no valor anual de várias centenas de milhares de euros.
- A degradação das condições de trabalho nos serviços municipais, na limitação do fornecimento de fardamento e equipamentos de proteção individual aos trabalhadores, no desaproveitamento dos recursos humanos, nalguns casos a quase inatividade de sectores inteiros.
- Ao mesmo tempo, o executivo assume para o erário municipal obras que deveriam ser da responsabilidade de privados ou da administração central, assim aconteceu com os acessos ao Hospital Beatriz Ângelo (cerca de 2 milhões e meio de euros), apesar de 100 000 utentes de Loures não poderem ser nele atendidos e serem obrigados a irem para o Hospital de S. José já lotado e de difícil acesso. Assim aconteceu com a assunção de encargos com mais de 600 trabalhadores auxiliares das escolas anteriormente da responsabilidade do Ministério da Educação, sem as adequadas contrapartidas financeiras, encargo estimado anualmente em cerca de 8 milhões de euros.
- Ao mesmo tempo, avança-se para a criação de uma nova imagem corporativa nos Serviços Municipalizados que implica a alteração de impressos, decoração da frota, etc, numa despesa de milhares de euros.

Como consequência desta gestão irresponsável e perdulária resultam:

- A quebra profunda no apoio ao Movimento Associativo, que coloca obstáculos à promoção da cultura, ao acesso ao desporto e ao lazer.
- Um desinvestimento na construção de equipamentos sociais essenciais como creches e jardins infantis, centros de dia e equipamentos desportivos e culturais.
- A redução do apoio à terceira idade e a passagem de encargos com instalações, consumos de energia e água entre outros para as associações da terceira idade, que lutam com dificuldades crescentes.

- A redução ou mesmo supressão de apoios à infância, como por exemplo, o corte na natação a cerca de 4.500 crianças do 1º ciclo.
- O quase completo abandono da manutenção das vias rodoviárias municipais, realidade visível em todo o concelho.
- O aumento da fatura dos Serviços Municipalizados, 104% nos últimos 10 anos para um consumo de 5m³, acompanhado pela drástica redução da qualidade dos serviços prestados, lixo que não é recolhido regularmente, contentores sem lavagem, quebras frequentes no abastecimento de água por todo o concelho. Não sendo exagero afirmar, porque se pode confirmar, que os níveis de atendimento destes serviços desceram para valores inferiores aos verificados há 20 anos atrás.

Ao mesmo tempo que se exige rigor, contenção e austeridade aos trabalhadores municipais, aos agentes socioculturais e se cortam obras e investimentos essenciais continua a política de desperdício, de novo riquismo e irresponsabilidade que lesa o erário municipal em dezenas de milhares de euros.

O executivo PS conduziu a autarquia a uma grave situação financeira, que a informação disponibilizada não permite conhecer em toda a sua extensão, mas permite saber que a não existir uma alteração de fundo nas políticas camarárias, irá condicionar de forma drástica o futuro do município.

III

A CDU força de luta e de esperança

Com a ruína que se faz sentir nas economias familiares surge o desespero pela falta de emprego, de oportunidades, de valorização pessoal, que tolda a capacidade de discernimento dos trabalhadores e do povo, aliados a uma intensa operação de manipulação ideológica conduzida pelos grandes meios de comunicação social ao serviço dos grandes grupos económicos. Neste contexto, o combate pelo esclarecimento, a mobilização para a luta, o reforço unitário da CDU assumem-se como grandes desafios.

A necessidade de reforçar a luta em defesa do Serviço Nacional de Saúde, por melhores transportes públicos, em defesa do Poder Local Democrático, contra a privatização dos serviços camarários, em defesa dos direitos dos trabalhadores, exige da CDU-Loures um esforço ainda maior no contacto com a população, na sua mobilização e esclarecimento, mas também de um reforço da nossa organização, do planeamento de trabalho e na realização de contactos específicos com outras pessoas, que permita reforçar a CDU.

O projeto CDU, em permanente construção, exige ouvir as populações, os seus anseios, as suas propostas, as suas dificuldades, ouvir as coletividades e instituições que desenvolvem trabalho diariamente em prol da comunidade, de forma a aumentar o nosso conhecimento sobre a realidade do concelho e fazer do nosso projeto a resposta necessária e concretizável aos anseios da população.

Face aos desafios, o crescendo da luta do povo e das populações é inevitável. É no processo de construção de cada ação de Luta que se constrói também o reforço da CDU.

IV

As ações a desenvolver no próximo trimestre

O Encontro Concelhio da CDU, reunido no dia 30 de junho de 2012 decide que o trabalho dos ativistas nos próximos meses deve centrar-se em duas questões fundamentais:

1. O alargamento unitário da CDU, apostando na integração dos mais e menos jovens nos coletivos de ativistas em cada freguesia.
2. Um planeamento rigoroso de iniciativas de contacto com a população e os agentes sociais e económicos a realizar envolvendo os eleitos locais e municipais.

Definem-se como linhas de trabalho

1. No âmbito da luta geral em defesa dos direitos dos trabalhadores e das populações, participar ativamente na mobilização e esclarecimento nas lutas convocadas pelo Movimento Sindical Unitário e outros movimentos sociais (Comissões de Saúde, de Utentes de Serviços Públicos, etc).

2. Prosseguir e reforçar a luta contra a extinção/agregação de freguesias, a luta em defesa do Poder Local Democrático.
3. Denunciar nos órgãos autárquicos e junto da população, as medidas tomadas pelo executivo municipal e das freguesias de maioria PS ou PSD, que agravam ainda mais as dificuldades das populações e aprofundam os problemas do município.
4. Até ao final de Setembro reunir a CDU em cada freguesia, com o objetivo de elaborar um plano de contacto com a população; levantamento dos principais problemas sentidos e propostas para os resolver; contactos concretos a realizar tendo em vista o reforço dos coletivos.
5. A nível concelhio planear ações de contacto com a população com a participação de eleitos municipais a decorrer entre Setembro e Dezembro pelas diversas freguesias do concelho.
6. Planear encontros com diversas instituições do concelho de forma a conhecer melhor a realidade do concelho, passo indispensável para a construção do projeto CDU.
7. Realizar em Outubro o Encontro Concelhio CDU para definição da estratégia para as Autárquicas 2013.

30 de junho de 2012